

A. I. Nº - 210313.0017/10-0
AUTUADO - JOSÉ NILSON SILVA ALMEIDA
AUTUANTE - NOÉ AMÉRICO MASCARENHAS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 03. 10. 2011

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0260-01/11

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS EM CIRCULAÇÃO DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Exigibilidade do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-lhe a condição de responsável, por se encontrar com mercadoria desacompanhada de documento fiscal. A apreensão constitui prova material da inexistência do documento fiscal. Infração devidamente comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 22/12/2010, para exigir ICMS, no valor de R\$ 3.914,76, mais multa de 100%, em decorrência de transporte de mercadorias sem documentação fiscal. Consta que as mercadorias foram encontradas em trânsito na Rodovia BA-093, no caminhão de placas NYI-3166, conduzido por Witalmiro Gonzaga Matos.

No Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 210313.2830/10-0, anexado à fl. 3, foi consignado que as mercadorias se referiam a 300 sacos de farinha de trigo Dona Bel, com prazo de validade de 11/02/2011.

O autuado apresentou defesa, fls. 17 a 19, na qual afirma que não tem procedência a alegação de que as mercadorias se encontravam sem documentação fiscal, pois tratava-se de 150 sacos de farinha de trigo Dona Bel especial, acompanhada da Nota Fiscal nº 232, e 150 sacos de farinha de trigo Dona Bel premium, acompanhada da Nota Fiscal nº 234, ambas datadas de 16/12/2010 (fls. 20 e 21). Frisa que a mercadoria estava sendo devolvida ao fabricante por se encontrar com o prazo de validade vencido.

Sustenta que em nenhum momento restou provado que tenha agido com má-fé ou que tivesse intenção de sonegar imposto, haja vista que a mercadoria estava sendo devolvida por se encontrar imprópria para o consumo. Acrescenta que se refere a uma mercadoria cujo ICMS é substituído na fonte, não sofrendo mais tributação no Estado da Bahia.

Aduz que o autuante não teve o cuidado de analisar essas informações ou mesmo de consultar o cadastro sincronizado da Secretaria da Fazenda sobre a sua situação, limitando-se a observar a data limite para impressão para multar o autuado, sem se importar com a situação da sua empresa, inclusive se tinha condições de efetuar o pagamento do débito levantado.

Requer que seja refeita a ação fiscal e que seja deferida a apresentação de todos os meios de prova permitidos em direito, indicando a juntada posterior de documentos e solicitando vistas do processo, para, ao final, o Auto de Infração ser julgado improcedente.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 35, quando contestou as alegações defensivas, explicando que o caminhão que transportava as mercadorias foi interceptado na BA-093, totalmente desacompanhado de documentação fiscal de origem, tendo sido emitido o Termo de Apreensão para

constituir a prova material da infração à legislação do ICMS. Não acata as notas fiscais, por terem sido apresentadas após a ação fiscal, acrescentando que, além disso, não têm validade, pois foram emitidas em 16/12/2010, portanto após a data limite de emissão (27/11/2010).

Assevera que toda a mercadoria encontrada no caminhão foi inventariada na presença do motorista (fl. 07), encontrando-se dentro do prazo de validade. Frisa que, assim, o autuado quer transformar em inverdade uma constatação factual e material, mesmo porque o fato gerador da obrigação tributária ocorreu. Acrescenta que o transcrito art. 632, inciso II do RICMS/BA fulmina definitivamente a pretensa validade dos documentos fiscais apresentados, por estabelecer que trânsito irregular de mercadoria não se corrige com a posterior emissão de documento fiscal, restando comprovado que ocorreu a efetiva operação sem documentação fiscal.

Mantém a ação fiscal em sua inteireza e sugere a procedência do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração trata de operação relativa a mercadorias (farinha de trigo), que eram transportadas desacobertas de documentação fiscal, em conformidade com o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos. Saliento que a infração imputada ao sujeito passivo tem previsão objetiva no RICMS/BA, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, estando o fato gerador devidamente apontado, o que lhe dá fundamentação legal.

Em sua defesa, o autuado rebateu a acusação que lhe foi imputada, apresentando duas notas fiscais de sua emissão, afirmando que a operação em tela se referia à devolução dos produtos ao fabricante, os quais se encontravam com o prazo de validade vencido. Acrescentou que as mercadorias e encontravam contempladas na substituição tributária, estando com fase de tributação encerrada.

Esses argumentos defensivos não podem ser acatados, tendo em vista que no momento da ação fiscal e de acordo com o Termo de Apreensão, as mercadorias se encontravam totalmente desacobertas de documentação fiscal, fato corroborado pelo motorista responsável pela condução do veículo transportador, o que torna insustentável a sua alegação de que as notas fiscais agora trazidas aos autos tinham sido emitidas antes ocorrência dos fatos. Mesmo porque, conforme bem salientou o autuante, tais documentos fiscais encontravam-se com sua data limite para emissão vencida, o que retira a sua validade.

No que concerne à afirmação de que os produtos estariam sendo devolvidos, constato que a razão apresentada para tanto não se mostra verdadeira, pois, de forma contrária, as mercadorias apreendidas ainda se encontravam dentro do prazo de validade de uso, o qual ainda iria se extinguir quase dois meses após a ocorrência aqui sob análise.

Quanto à alegação de que as mercadorias se encontravam no regime da substituição tributária, ressalto que este fato não basta para comprovar o recolhimento do ICMS, haja vista que, para tanto, faz-se necessário que as provas correspondentes sejam devidamente apresentadas, o que não ocorreu no presente caso.

De acordo com o art. 220, inciso I do RICMS/BA, o impugnante deveria ter emitido as notas fiscais correspondentes, antes de iniciada a saída das mercadorias de seu estabelecimento. Como isso não ocorreu, o imposto foi exigido do detentor das mercadorias em situação irregular, de forma correta, atribuindo-lhe a condição de responsável, por estar transitando com mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. Na apuração da base de cálculo o autuante se utilizou da pauta fiscal publicada pela Secretaria da Fazenda para a mercadoria, de modo que o procedimento fiscal se encontra correto.

Deste modo, tendo sido constatado o transporte de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, concluo ter total pertinência da exigência tributária.

Voto pela procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210313.0017/10-0**, lavrado contra **JOSÉ NILSON SILVA ALMEIDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.914,76**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2011.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR